



Keyla Patrícia da Silva MACENA

Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Eliene Amorim de ALMEIDA

Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA SALA DE AULA TRABALHADA A PARTIR DA LITERATURA INFANTIL

ETHNIC-RACIAL DIVERSITY IN THE CLASSROOM WORKED FROM CHILDREN'S LITERATURE

RESUMO

O presente trabalho trata do uso da literatura como proposta para estudos étnico-raciais, de modo que a sua utilização contribua para o ensino da história e cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas, além do auxiliar no combate ao racismo no ambiente escolar. É nessa perspectiva que surge a proposta de novas metodologias, com leituras mais engajadas e com o repertório diversificado, propondo o uso de diferentes gêneros literários. Fundamentamos nosso trabalho em Coelho (2000), Dória (2008) e nas legislações vigentes: Lei 10.639/2003, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004) e a Lei 11.645/2008. Desta maneira, esperamos que esse estudo contribua com o conhecimento e o respeito às diversidades étnico-raciais na sala de aula, auxiliando na formação de leitores mais críticos e reflexivos, possibilitando discussões e promovendo uma consciência mais cidadã e humana nos educandos.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Diversidade étnico-racial. Ensino da Literatura.

ABSTRACT

In the following work, we deal with literature as a proposal for ethnic-racial studies, so that its use contributes to the teaching of the history and culture of Afro-Brazilian and indigenous peoples, in addition to helping to combat racism in the school environment. It is in this perspective that the proposal for new methodologies appears, with more engaged readings and with a diversified repertoire, proposing the use of different literary genres. We base our work on Coelho (2000), Dória (2008) and on the following current legislation: Law 10.639/2003, National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian History and Culture and Africana (2004) and Law 11.645/2008. In this way, we hope that this study will contribute to the knowledge and respect for ethnic-racial diversity in the classroom, helping in the formation of more critical and reflective readers, enabling discussions and promoting a more citizen and human conscience in students.

Keywords: Brazilian Literature. Ethnic-racial diversity. Teaching Literature.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

INTRODUÇÃO

O texto parte do pressuposto que a literatura pode ser uma forte aliada contra a discriminação racial e étnica na escola. A leitura literária além de educar a imaginação e fornecer informação, pode promover a reflexão acerca de temas ligados aos direitos humanos. Desta forma, advoga-se que a presença de literaturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no âmbito escolar, de autores negros e indígenas, pode contribuir para a superação do racismo, à medida que desmistifica os estereótipos apresentados através dos livros didáticos, durante séculos aos alunos brasileiros, fornecendo a representatividade real de povos não brancos.

Sabe-se que a escola ainda tem dificuldade de abordar a temática étnico-racial nas salas de aula, o que torna a literatura ainda mais necessária e eficaz, ao propiciar discussões de cunhos diversos aos discentes e docente. Sendo assim, a literatura requer diferentes olhares e perspectivas, a fim de formar leitores mais críticos, reflexivos e cidadãos.

O artigo é fruto dos estudos das autoras acerca dessas temáticas, seja no formato de disciplinas, grupos de pesquisa na Faculdade Frassinetti do Recife (Fafire) e no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Posto isso, a pesquisa é de cunho bibliográfico e tem como fundamentação teórica Nelly Novaes Coelho (2000), Antonio Sampaio Dória (2008) e as respectivas leis: Lei 10.639/2003, Lei 11.645/2008 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004), vigentes atualmente no país.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Deste modo, trata-se de uma contribuição para demonstrar de que forma a leitura literária pode efetivamente contribuir para a implementação dessas legislações, de maneira que possa combater o racismo presente nos âmbitos escolares.

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA SALA DE AULA E A LEGISLAÇÃO

Contar histórias pode ser algo mais que uma mera diversão...
Algo primordial, algo do qual depende a própria existência de
um povo. (Vargas Llosa)

O Brasil é um país desigual e isso se deve aos acontecimentos históricos que desapropriaram indígenas e negros das terras, marginalizando-os e tirando desses povos o direito a educação e a vivenciarem suas culturas. Sendo assim, até os dias atuais, essas populações enfrentam enormes desafios para alcançar a educação formal e, quando alcançam, a instituição de ensino muitas vezes não está preparada para lidar com a diversidade étnica e cultural no âmbito escolar.

Sendo assim, ao reconhecer as disparidades socioeconômicas e culturais existentes entre os brancos e os demais povos que habitam o país, algumas leis foram criadas para minimizar e reparar essas desigualdades, a começar pela educação básica. Deste modo, a *lei 10.639* – sancionada em 2003 pelo governo federal – torna obrigatório o ensino da cultura e história afro-brasileira nas escolas, especialmente nas disciplinas de educação artística, literatura e história brasileira. A lei reforça a necessidade de a temática ser trabalhada no âmbito de todo o currículo escolar, pois, como afirma Silva (2011), o currículo ao ser questionado por movimentos étnico-raciais, coloca em questão a importância de trazer a discussão acerca da diversidade sociocultural para a sala de aula.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

A fim de tornar mais clara a legislação e ampliar a necessidade e conteúdos a serem trabalhados com a temática racial nas escolas, são instituídas, em 2004, *As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana* e, posteriormente, no ano de 2008, há a publicação da *lei 11.645* que estende o conteúdo programático para falar dos povos indígenas, e não apenas dos afrobrasileiros e africanos.

Deste modo, torna-se essencial entender como o ensino da temática vem sendo ministrado e, ao citar a lei 10.639/2003, Cagneti (2013, p. 13) afirma que

A Atualidade tem se revelado uma resgatadora de valores, mitos, ritos, objetos de arte, objetos do cotidiano, pensares, músicas, contos. Enfim, todas as manifestações e fazeres culturais e sociais da humanidade, de certa forma, vêm sendo ressignificados, customizados, desconstruídos, reavaliados e/ou representados com novas roupagens.

Isso significa que as visões estereotipadas dos indígenas como pessoas nuas e preguiçosas, igualmente as do negro apenas como escravo, estão sendo rompidas, pois a apresentação das diferentes culturas e produções está trazendo novos significados e olhares, visto que “essa mudança de pensamento conduz à ideia de que a própria legislação e, antes dela, os movimentos negros e a população esperam: inserção social e igualdade de condições” (SILVA, 2013, p. 14).

Posto isso, a intenção da legislação não é substituir uma cultura por outra ou deixar de abordar certos temas em detrimento de outros, mas ampliar o currículo, de modo que a criança tenha acesso à diversidade racial, étnica e cultural, presentes no país e desenvolva desde cedo o respeito às diferenças, como afirmam as Diretrizes Curriculares



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004).

No que se refere ao ensino das temáticas indígenas, Silva (2015, p.165), define de tal modo: “O ensino da temática indígena são reflexões sobre os povos indígenas, atendendo as exigências da Lei 11.645/2008, tratando do assunto nas escolas não indígenas nas áreas urbanas ou rurais”. Ou seja, é falar de povos indígenas para alunos não indígenas que precisam ter o contato com as diferentes culturas e povos, para conhecer e entender acerca da história do país, isso significa apresentar aos educandos a história, as diversidades socioculturais, as formas de viver e ser desses diferentes povos em suas sociedades.

Como se sabe, o livro didático é utilizado por ampla maioria das instituições de ensino, além de ser um importante formador de crianças e jovens (TAVARES, 2016), no entanto, muitos desses livros trazem uma visão estereotipada e rasa acerca dos povos indígenas e negros, isso invisibiliza as culturas, as conquistas e contribuição desses povos. Sendo assim, a autora complementa:

No livro didático, verifica-se ainda que a pluralidade, os confrontos entre europeus e indígenas no período colonial, os inúmeros enfrentamentos de índios e não índios, são retomados a partir de lugares comuns, ignorando (por omissão ou por interesses ideológicos) as situações concretas vividas pelos indígenas (TAVARES, 2016, p. 28).

Deste modo, o ensino acerca das histórias e culturas dos povos afro-brasileiros e indígenas precisa de novos métodos, sejam eles pesquisas de campo, apresentações culturais, uso de diferentes metodologias ativas, leitura literária, etc., desde que o aluno tenha o contato e o aprendizado acerca da variedade sociocultural do país.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

De acordo com Silva (2015, p. 165), um dos maiores empecilhos para que a lei 11.645/2008 tenha uma efetiva implementação e execução é o racismo institucional, ou seja, o racismo por parte da própria escola, que ignora os casos presentes na instituição ou até segrega os educandos de outra etnia. No entanto, em contramão, as Diretrizes reforçam a que

A escola tem papel preponderante para a eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2004, p. 15)

Portanto, não se trata apenas da obrigatoriedade da lei, mas da necessidade de sua criação para que os professores trabalhem a temática étnico-racial em sala de aula, como uma forma de propagar o respeito e ensinar as crianças e jovens sobre os grupos étnico-raciais presentes no país.

HISTÓRIA E CULTURA ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DA LITERATURA

Não é por acaso que a legislação designa a literatura como uma das principais áreas para trabalhar a cultura e história dos povos afro-brasileiros e indígenas, isso ocorre porque é através da leitura literária que a criança e/ou o jovem acessa novos saberes, familiariza-se com as diferentes culturas e amplia a sua consciência de mundo (OLIVEIRA; JAMIR E SILVA, 2017).

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Deste modo, a literatura torna-se uma aliada frente a esse desafio, pois, como afirma Antônio Sampaio Dória (2008, p. 11):

Fala-se muito em escola inclusiva. Mas, a verdade é que é muito fácil incluir todos os alunos. Difícil é o que vem depois. Difícil é trabalhar com todas as diferenças e fazer com que elas sejam, ao menos, respeitadas. E a professora, ou professor, se vê sem recursos, sem rumo, em busca da varinha mágica. É difícil, porém necessário. Para que os que querem uma sociedade mais democrática, igualitária, e menos violenta, é imprescindível.

Ou seja, os docentes não encontram subsídios suficientes para trabalhar os diversos conteúdos relacionados à diversidade, sendo assim, faz-se necessário pensar novas alternativas, dentre elas está o uso da literatura que, de acordo com Colomer (2017), foi devido a Segunda Grande Guerra que a literatura infantil adotou uma postura prioritária em relação ao respeito pelas demais raças e culturas, visto que é no processo de leitura que o indivíduo se identifica com contextos e personagens diversos. A autora complementa que a inserção da multiculturalidade surgiu no ocidente a partir da década de 90, quando houve as migrações provocadas pelas desigualdades entre o primeiro e terceiro mundo, o que provocou uma alteração nas abordagens literárias, que passaram a ter foco também nas mudanças histórico-culturais.

Logo, a literatura passa de apenas um entretenimento simples para objeto de conhecimento e reflexão, nas palavras de Coelho (2000, p. 127), “é essa fusão prazer/conhecer que encontramos nas raízes do chamado *boom* da Literatura Infantil”. E isso não pode ser deixado de lado ou descartado, pois “o papel do livro lido por mentes em formação, assim, não pode ser menosprezado” (DÓRIA, 2008, p.16).



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Portanto, a escolarização da literatura não pode ser feita de modo displicente ou desinteressado, é preciso que haja um propósito para qual o livro estará sendo utilizado, dessa forma, Azevêdo e Santiago (2016, p. 57) alertam:

A inserção da literatura no ensino exige que, no processo de formação, o professor possa reconhecer que há um conjunto de saberes específicos sobre leitura e literatura a ser apreendido. Só assim se poderá desconstruir o antigo paradigma de que a literatura infantil guarda estreita relação com a tradição que se estabeleceu de que a educação não concebe a fruição da arte (ou a escolariza), provocando práticas pedagógicas inconciliáveis.

Deste modo, entende-se que há espaço para a literatura em sala de aula e o seu uso é essencial para mudanças de paradigmas e construção de novos saberes. É nessa perspectiva que Coelho (2000) reforça a importância por parte das discussões acerca das reformas na educação e completa “que a literatura poderia ser a ponta de eixo ideal para uma nova estrutura de ensino” (p.13).

Entendendo a relevância da leitura literária para a formação dos educandos, é necessário pensar em diferentes gêneros textuais e a metodologia que será utilizada para trabalhar as diversidades étnico-raciais na sala de aula. Já que, como afirmam Bezerra e Costa (2016, p. 87):

A partir dessas discussões, a diversidade étnico-cultural na literatura infanto-juvenil evidencia a possibilidade de compreender esse universo de sujeitos sociais, históricos e culturais, e auxilia no combate às práticas seletivas. [...] A diversidade é mais do que uma questão colocada à sociedade, à escola e ao currículo para ser tratada sem preconceitos.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



Keyla Patrícia da Silva MACENA

Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Eliene Amorim de ALMEIDA

Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Sendo assim, as autoras sugerem algumas obras infantis dotadas de multimodalidade para serem lidas e analisadas pelos alunos, a fim de trazer o conhecimento acerca das diversidades étnico-raciais, bem como representá-las. Elas priorizaram os livros de maior acessibilidade, ou seja, os distribuídos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) às bibliotecas escolares da rede pública de ensino. Um dos livros, selecionados por elas, que merece grande destaque é *O Mundo no blackpower de Tayó* de Kiusam de Oliveira, que conta a história de uma menina afro-brasileira que enfrenta preconceito na sala de aula devido ao seu fenótipo, mas, ainda assim, tem sua autoestima em dia, sua beleza reafirmada e espalha simpatia por todos os lugares que anda. O livro utiliza palavras africanas e traz seus significados, fala acerca de vestimentas e cores presentes na cultura africana, além de trazer um pouco da história do movimento Black Power ao final do livro.

Como se pode perceber, é um excelente material literário para ensinar um pouco da cultura e da história dos povos africanos e afro-brasileiros para as crianças, de modo que se divirtam e divaguem pelas belíssimas ilustrações que acompanham a obra.

Pensando outro modo de se trabalhar a temática, Macena e Azevêdo (2019) sugerem a leitura e o trabalho escolar a partir de uma comparação entre obras de diferentes épocas que abordem o mesmo tema. As autoras propõem o conto *Negrinha*, de Monteiro Lobato, e o conto *Pretinha de Neve e os sete gigantes*, de Rubem Filho. Sendo o primeiro um clássico literário que vai tratar da história no contexto pós-escravidão, em que não havia uma legislação que amparasse os povos que foram escravizados e que retrata a vida sofrida de uma criança órfã de uma mãe escravizada; já o segundo, fala sobre uma princesa africana que mora em um grande castelo, em uma parte da África que não é conhecida ou citada



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

nas escolas, a menina faz novos amigos, tem o amor de sua mãe e é protagonista de um conto de fadas capaz de ensinar e representar a comunidade negra.

Como pode ser observado, a literatura tanto pode reforçar preconceitos e discriminações, trazendo no texto apenas a parte em que os negros foram escravizados, ou podem romper com esse ciclo, à medida que pode apresentar personagens negras que em suas terras eram reis ou rainhas, exaltando suas belezas estéticas e seus diferentes modos de vida.

A autora Viertler (1987), ao entender a importância da literatura brasileira para o ensino das culturas dos povos indígenas, propõe que ela seja feita a partir da leitura e narração dos mitos dos variados povos, visto que a oralidade é muito presente na maioria das sociedades indígenas. No entanto, ela chama a atenção para um grande problema que ocorre nas escolas brasileiras, a adaptação desses mitos, que acaba reforçando estereótipos ao invés de propiciar o aprendizado. Deste modo, a autora faz críticas acerca das palavras utilizadas nos livros de maneira errada e reforça que os povos indígenas são distintos e possuem culturas e mitos diferentes, como se pode observar na crítica que a antropóloga faz a uma adaptação do mito dos índios Bororo intitulada *A subida dos moços*: “Em primeiro lugar ‘curumim’ é expressão amazônica e não Bororo. Além disso, a ideia de um ‘menino-talismã’ não é dos Bororo, mas de quem fez a adaptação” (VIERTLER, 1987, p. 112).

Sendo assim, para evitar problemas como os mencionados, a autora afirma que “seria preferível que, em vez de ‘mitos’, fossem selecionados fatos etnográficos redigidos de maneira simples” (VIERTLER, 1987, p. 118), o que pode ser uma outra sugestão para se trabalhar com a temática em sala de aula. Mas, se a leitura dos mitos ainda for a forma mais acessível e/ou escolhida pelos docentes, Viertler (1987, p. 118) sugere que “esses



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

devem ser adaptados não em termos de falsas teorias psicologizantes, mas para limitar-se a mostrar as nossas crianças a viabilidade de ordens sociais humanas em que vigoram valores e condições diversos dos nossos”.

Outra maneira de se trabalhar as culturas dos povos indígenas é através das lendas e fábulas que, de acordo com Yamã (2007), possuem uma diferença fundamental, ainda que ambas estejam contidas no Sehaypóri, um importante livro do povo Saterê-Mawé, que significa “coletânea de mitos”. O autor explica que

Embora sejam em menor número que os mitos, as lendas possuem uma composição verbal rica e cheia de enredos permeados por aventuras fabulosas, e não deixam nada a desejar quando em comparação com outras histórias. Dizem que são um complemento ou uma extensão dos mitos, porém narradas de forma menos complexa, mais leve (YAMÃ, 2007, p. 13).

E ressalta que as fábulas são importantes na tradição oral dos indígenas, ainda que não tenham o compromisso total com a veracidade dos fatos, pretendendo trazer ensinamentos de uma maneira mais simples e divertida.

No entanto, as fábulas apresentam um caráter mais educador, cujo objetivo é incutir nos pensamentos das crianças a importância da inteligência em detrimento da força física (YAMÃ, 2007, p. 14), sendo assim,

As fábulas têm claramente um significado educativo. Elas mostram o quanto os homens podem aprender com os bichos, revelando os sentimentos humanos como forma de esclarecimento, como nas fábulas de outros povos. Elas contribuem para a compreensão e o aprendizado das crianças.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Portanto, é possível perceber a existência de bons e acessíveis materiais para se trabalhar a história e a cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas na sala de aula. Porém, isso requer do docente criatividade e disposição para utilizar a literatura de formas diversificadas, propondo jogos, produção textual, recortes e desenhos das informações e ilustrações contidas nos livros, análises, comparações entre obras, socialização de leituras com a turma, apresentações teatrais, entre outros.

Entretanto, vale ressaltar que há uma variedade de gêneros textuais, dentre eles histórias em quadrinhos, contos, crônicas, mitos, etc. e para que as aulas de literatura sejam dinâmicas e interessantes é essencial que esses gêneros sejam explorados, pois há muito que se ensinar e que se aprender a partir deles.

A LEITURA LITERÁRIA COMO INSTRUMENTO NO COMBATE AO RACISMO

Partindo do pressuposto de que a literatura é um meio importante para a construção do conhecimento e exposição das diferentes culturas que compõem o cenário brasileiro, entende-se que ela é um componente essencial para a luta antirracista. Principalmente porque, como afirma Ribeiro (2019, p. 28), “no campo das artes, temos experiências notáveis realizadas pela população negra no Brasil”.

Deste modo, fica claro que um dos meios de se combater o racismo através da literatura é consumindo as produções de autores negros e indígenas, que pensaram e escreveram acerca de seus estudos, retrataram experiência em seus romances e contribuíram e contribuem para a formação de um imaginário livre de preconceito. Assim



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

sendo, a autora reforça a importância de se questionar acerca da cultura que está sendo consumida, e explica que

A discussão pertinente é aquela que denuncia o quanto culturas negras e indígenas foram expropriadas e apropriadas historicamente. Nos processos de colonização, a cultura do colonizador foi imposta, enquanto bens culturais eram saqueados (RIBEIRO, 2019, p. 70).

Portanto, desde cedo houve a desvalorização da cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas, o eurocentrismo predominou e predomina até hoje, o que reflete nas práticas racistas vistas, pois não se enxerga a possibilidade de pessoas não brancas produzirem material intelectual e artístico. Isso é compreendido por Grosfoguel (2007) como racismo epistêmico, para ele:

O racismo epistêmico é um dos racismos mais invisibilizados no “sistema-mundo capitalista/patriarcal/moderno/colonial”. O racismo em nível social, político e econômico é muito mais reconhecido e visível que o racismo epistemológico. Este último opera privilegiando as políticas identitárias (*identity politics*) dos brancos ocidentais, ou seja, a tradição de pensamento e pensadores dos homens ocidentais (que quase nunca inclui as mulheres) é considerada como a única legítima para a produção de conhecimentos e como a única com capacidade de acesso à “universidade” e à “verdade”. O racismo epistêmico considera os conhecimentos não-ocidentais como inferiores aos conhecimentos ocidentais (GROSFUGUEL, 2007 p. 32).

Sendo assim, é necessário que haja no currículo escolar a abordagem de temas sociais e humanos para que o combate ao racismo seja efetivo, visto que o país carrega em sua história mais de trezentos anos de escravidão, e a mudança de mentalidade só será possível a partir da educação e da cultura. E, como afirma Coelho (2000), a literatura é

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

essencial para a formação de uma mentalidade renovada, ou seja, a desconstrução de pensamentos só será possível através da valorização de leituras e de novas abordagens.

No entanto, a abordagem literária como forma de enfrentamento ao racismo deve ser feita de maneira significativa pelo professor e pelo educando, para que possam ser conduzidos a uma reflexão, como afirma Cagneti (2013, p. 24):

Se eu não me enxergo a partir do outro, ou seja, se não tenho consciência de que eu me constituo a partir do outro, fica difícil entender as metáforas, as alegorias, os confrontos que o texto literário propõe na relação que acaba se estabelecendo entre o leitor e os personagens ali representados. Quero dizer que, se eu não vejo o negro em mim e eu nele, pouco me servirá ler a respeito dele.

É nessa perspectiva que vem sendo adotada pelas escolas uma leitura transdisciplinar da relação ensino-aprendizagem, isto é, de complexidade com o mundo e consigo mesmo através da construção de conhecimento. O aluno passa a enxergar o outro e as relações interpessoais através dos processos de ensino e leitura.

Um dos defensores e propagadores da transdisciplinaridade é o filósofo Edgar Morin (1997), que declara que a literatura, em si, já é uma escola para a criança, pois é através da leitura que ela aprende a reconhecer a si mesma. Ele afirma que a escola de complexidade do ser humano é o local onde é descoberta a multiplicidade interior de cada indivíduo e as transformações de personalidade por conta dos acontecimentos.

Deste modo, ao ler autores não brancos ou literatura com personagens africanos, afro-brasileiros e indígenas, as pessoas entram em contato com a vivência de outros povos, conhecendo as diferentes culturas e tendo a possibilidade de desenvolver a empatia e se enxergar no lugar do outro, ampliando a dimensão do conhecimento de si próprio.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Ao passo que disponibilizar nas escolas literatura afro-brasileira e indígena corrobora com a aceitação dos indivíduos pelos demais colegas, quebra com o preconceito e contribui para a representatividade da diversidade étnico-racial na sala de aula, já que quando a obra é retratada a partir de pessoas não brancas para indivíduos de mesma condição, o rumo da história é alterado.

A posição de personagens periféricas é trocada pela de protagonista e o negro, antes infantilizado, assume o comando de sua vida. A caracterização corporal passa a ser dignificada, e a sensualidade exacerbada perde espaço para conflitos psicológicos, entre outros aspectos, de uma estética de identidade comprometida com a representação do negro (MARTINS; COSSON, 2008, p. 59).

Sendo assim, as identidades dos povos vão sendo afirmadas e reafirmadas mediante uma sociedade racista que reproduz o preconceito no ambiente escolar. Os indivíduos passam a se enxergar como autores de suas histórias ao invés de meros objetos retratados pelos brancos e tornam-se seres ativos e conscientes de seus direitos e deveres.

Dória (2008, p.25), ao explicar sobre o preconceito, traz a fala do teórico da literatura Antonio Candido, em que “define o preconceito como um juízo falso baseado em impulsos irracionais e falsas noções”. Em consonância com o autor, Bezerra e Costa (2016, p. 89) afirmam:

O preconceito é uma atitude negativa, qualquer docente, que trabalha com o público infantil e jovem, compreende que se trata de um conceito antecipado, de uma opinião que se forma sem conhecimento total dos fatos e sem a preocupação de uma reflexão mais apurada sobre o assunto.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

Posto isso, fica claro que, ao contrário do que se pensa, também é papel da escola lutar contra o preconceito e fazer enfrentamento ao racismo, seja ele de qualquer natureza, pois como espaço de formação cidadã e intelectual, o alunado precisa romper com suas barreiras através da informação e da construção de conhecimento que é propiciada pela discussão social retratada nas diferentes literaturas.

CONCLUSÃO

A literatura, sendo trabalhada e estudada de forma significativa, em harmonia com conteúdo escolar pode propiciar um enfrentamento a discriminação racial de maneira efetiva, pois a leitura literária além de educar a imaginação e fornecer informação, promove a reflexão acerca de temas essenciais.

Deste modo, a presença de literaturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no âmbito escolar, corrobora com a superação do racismo ao desmistificar os estereótipos apresentados durante séculos aos alunos brasileiros, fornecendo a representatividade real de povos não brancos.

Contudo, a escola ainda tem dificuldade de abordar temas de temática racial nas salas de aula, o que torna a literatura ainda mais necessária e eficaz, ao propiciar discussões de cunhos diversos aos discentes e docentes. Sendo assim, a literatura requer diferentes olhares e perspectivas, a fim de formar leitores mais críticos, reflexivos e cidadãos.

Esperamos que esse estudo auxilie a prática docente no que se refere ao trabalho com e para a diversidade racial presente na sala de aula, de modo que propicie o incomodo dos professores em relação à indiferença com alunos de etnias distintas, a sensibilidade



Keyla Patrícia da Silva MACENA
 Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
 Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

referente à discriminação sofrida por esses alunos e cumpra com a função de mostrar a importância da literatura para a luta antirracista.

REFERÊNCIAS

AZEVÊDO, Nelma Menezes Soares; SANTIAGO, Ellen Marques Guimarães. A escolarização do texto literário: adequando a experiência estética ao contexto escolar. **Lumen**, Recife, v. 25, n. 1, p. 53-63, jan./jun. 2016.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação. Brasília, 2004.

BEZERRA, Rosilda Alves; COSTA, Maria Suely. A Lei 10.639 e o combate ao racismo através da literatura infantil e suas relações étnico-raciais. In: FONSECA, Ivonildes da Silva; COSTA, Marta Furtado da; CHAGAS, Waldeci Ferreira (Orgs.). **Estudos étnico-raciais na educação básica**. João Pessoa: Editora Imperial, 2016.

CAGNET, Sueli de Souza; SILVA, Cleber Fabiano da. **Literatura infantil juvenil: diálogos Brasil-África**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2013.

CANDIDO, Antônio. Preconceito e democracia. In: **Remate de males**. São Paulo, UNICAMP, 1999.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

COLOMER, Teresa. A literatura infantil e juvenil atual. In: **Introdução à literatura infantil e juvenil atual**. São Paulo: Global, 2017.

DORIA, Antonio Sampaio. **O preconceito em foco: análise de obras literárias infanto-juvenis: reflexões sobre história e cultura**. São Paulo: Paulinas, 2008.

GROSGOUEL, R. Dilemas dos Estudos Étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplina e epistemologias descoloniais. **Cienc. Cult. Revista da SBPC**. São Paulo, v. 59, n. 2, Apr./June, 2007.

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.
 Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.



Keyla Patrícia da Silva MACENA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)
Eliene Amorim de ALMEIDA
Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE)

MACENA, Keyla Patrícia da Silva; AZEVÊDO, Nelma Menezes Soares de. Literatura infantil e a temática étnico-racial: uma análise comparativa entre o livro Pretinha de neve e os sete gigantes e o conto Negrinha. **Lumen**, Recife, v. 28, n. 2, p. 87-97, jul./dez. 2019.

MORIN, Edgar. **Meus demônios**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997

OLIVEIRA, Rayne Maria da Silva; JAMIR E SILVA, Liliane Maria. Literatura infantojuvenil afro-brasileira: caminhos na superação do racismo. **Lumen**, Recife, v. 26, n.1, p. 45-65, jan./jun., 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Edson. Os povos indígenas e o ensino: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. In: FERREIRA, Gilberto Geraldo; SILVA, Edson Hely; BARBALHO, José Ivamilson Silva. (orgs.). **Educação e diversidade: um diálogo necessário na Educação Básica**. Maceió, EDUFAL, 2015, p.161-180.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. 2ª. Reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOUZA, Rosely Tavares de. **A Lei Nº 11.645 em debate: formação de professores, livro didático e um relato de experiência**. 2016.

VIERTLER, Renate Brigitte. Adaptação de mitos indígenas na literatura brasileira. In: SILVA, Aracy Lopes da (org.). **A questão indígena na sala de aula: Subsídios para professores de 1º e 2º graus**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

YAMÃ, Yaguarê. **Sehaypóri: O livro sagrado do povo Saterê-Mawé**. São Paulo: Peirópolis, 2007.

Recebido em 17 de maio de 2020

Aprovado em 20 de maio de 2020

Revista Educare, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2020.
Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare>>.